Globethics Repository



A verificabilidade em bioética [The verifiability in Bioethics]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Borges de Meneses, Ramiro Délio
Publisher	Sociedade Brasileira de Bioética - SBB
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-10 08:35:21
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/220830

A verificabilidade em bioética: um novo princípio como dado epistemológico

The verifiability in Bioethics: a new principle for an epistemological position

Ramiro Délio Borges de Meneses
Instituto Politécnico de Saúde do Norte, Gandra e Famalicão e Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa, Porto, Portugal.
ramiro.meneses@ipsn.cespu.pt

Resumo: Segundo a perspectiva de R.Carnap, a ética é a filosofia dos valores decorrendo da leitura analítica das proposições lógicas da ética. Segundo esse filósofo do Círculo de Viena, os enunciados metafísicos são pseudo-enunciados e sem sentido. Esta afirmação de Carnap afeta o sentido dos enunciados éticos que possuem uma análise semântica. Disto surgirá uma ética analítica ou uma moral proposional, que se apresenta à conduta moral segundo a lógica simbólica. A nova ética proposional enquadra-se numa semântica, que implicará uma natural fundamentação epistemológica. Uma das propostas fundamentais de Carnap revela-se no princípio da verificabilidade, que tem um novo aporte para a bioética, pois mostra que o sentido epistemológico da ética é salientado pela análise lógico-semântica no processo de interpretação. Segundo Carnap, a ética pode ser descrita em duas leituras epistemológicas: uma metafísica e outra lógico-formal. As posições originais desse autor apontam que as éticas estudam os sentidos semânticos das moralidades e dos fatos empíricos, contribuindo para um novo estatuto epistemológico, que advêm do princípio da verificabilidade. Por forma analítica, a ética, em Carnap, é referida como abordagem holística dos problemas da vida e das condutas, tarefa multidisplinar, onde a verificabilidade tem uma palavra e um significado lógico.

Palavras-chave: Ética. Verificabilidade. Carnap.

Abstract: According to the perspective of R.Carnap, ethics appears as a philosophy of values and, by other side, as an analytic lecture of the logical propositions from the ethics. According to the philosopher from the "Vienna Circle", the metaphysical statements are senseless as well as they are pseudo-statements. This position affects the sense of some ethical announcements, which, according to R.Carnap, contains a semantic analysis. From here, will emerge analytical ethics or proposional moral. In here, the moral conduct, according to the symbolic logical, presents itself. The new proposional ethics

fits into a semantic, which will have a natural epistemological foundation. One of the principal propositions from R. Carnap reveals itself inside the principle of verifiability, which has a new report to bioethics. So this is an original and fundamental indication from the present study, where a logical semantic analysis for its interpretation increases the epistemological sense of ethics. According to R. Carnap, ethics can be described by two epistemological lectures: a metaphysical one and other formal logical. The R. Carnap positions are original, reflects that all the ethics, in the future, will study the semantics senses of moral and empirical facts, contributing for a new epistemological statute, which comes from the principle of verifiability. By an analytical way, ethics, according to R.Carnap, is the holistic approach of life and conducts problems, is multidisciplinary, where the verifiability has its importance and a logical meaning.

Key words: Ethics. Verificability. Carnap.

O objetivo epistemológico, segundo o Círculo de Viena do qual fizeram parte R. Carnap e M. Schlick, dentre outros, é a formulação de um método para a justificação dos conhecimentos (*Erkenntnisse*) na procura de um princípio fundamentador, denominado *princípio da verificabilidade*. A epistemologia mostra como se pode "verificar" uma parte ostensiva do conhecimento, isto é, como se pode justificar se um conhecimento é autêntico. Segundo o neopositivismo de Viena, verifica-se o conteúdo de certo conhecimento, relacionando-o com os conteúdos de outros conhecimentos, que se supõem válidos. Na verdade, um conteúdo será reduzido a outro, ou será epistemologicamente analisado pelo sentido da lógica formal (1).

A lógica ensina a derivação da validade de algumas proposições (*Setzungen*) e da validade pressuposta de outras. A diferença entre essas formas de validar as proposições está no fato de que a reorganização dos conceitos na derivação lógica implica no não surgimento de qualquer novo conceito na proposição derivada. É característico de uma derivação epistemológica que o conhecimento a ser analisado deve justificar-se, que a sentença contenha um conceito, que não se mostra nas premissas (*Voraussetzungen*).

Segundo Carnap, para determinar o significado dos conteúdos do conhecimento, a epistemologia deve investigar os objetos (conceitos) da ciência (empírica) em suas várias subdivisões (ciências naturais

e culturais). Devem ser averiguados os outros objetos, a que se pode reduzir o conhecimento do objeto dado. Logo, empreende-se uma análise lógica, onde se reduzem os objetos superiores aos inferiores. Assim, serão chamados objetos, epistemologicamente fundamentais, aqueles que não podem ser reduzidos. Mas, o que significa esta análise lógica? A resposta, a esta questão, sintetiza a tarefa da epistemologia e fica claro o que significam os objetos fundamentais. Poderemos formular o propósito da análise epistemológica, sem ter que usar expressões da filosofia tradicional. Devemos retroceder até ao conceito de "implicação", segundo a lógica simbólica (2).

No decurso do desenvolvimento de uma ciência acontece repetidamente que se encontrem respostas corretas para uma questão, mesmo antes que se apresente uma formulação conceitual. Quando se encontra, finalmente, uma formulação conceitual, para as questões intuitivamente propostas, as respostas previamente encontradas libertam-se do estado de redução formal e assentam no sólido fundamento do sistema científico.

Durante muito tempo a ciência esteve na posse de grande número de resultados da análise epistemológica. Ela tem respostas sem estar na posse das questões, isto é, sem ter a capacidade de indicar o sentido preciso dessas respostas. Estas radicam na cognição dos processos da consciência de outra pessoa, que se baseia na percepção dos seus movimentos e sentenças lingüísticas. Segundo Carnap, as análises deste tipo constituem parte fundamental do procedimento psicológico, procedimento de formação conceitual por meio do qual a psicologia determina os seus objetos. No entanto, veremos que este procedimento nada mais é do que a análise epistemológica, a qual determinará um estatuto para as ciências empíricas e não empíricas, como é o caso da ética.

A análise epistemológica avalia os conteúdos das experiências, mais precisamente aparece como "análise teórica". O estatuto epistemológico da ética não se preocupa somente com o conteúdo teórico da experiência. Será, pois, uma análise conceptual abstrata. Este método de análise é o que se significa, se falarmos da análise epistemológica. O primeiro passo, neste procedimento, consiste na divisão lógica do conteúdo teórico de uma experiência, em duas partes: uma chama-se constituinte suficiente e a outra constituinte dispensável.

Poderemos fazer uma "avaliação epistêmica" de qualquer experiência, que estiver enunciada e até que medida esta experiência se acrescenta ao conhecimento teórico. Também, poderemos dispensar a avaliação epistemológica desse constituinte, sem com isso diminuir a extensão do nosso conhecimento. Conforme Carnap, para se encontrar o critério para a análise epistemológica, tudo aquilo que temos a fazer será deixar claro, porque decidimos que a relação epistemológica, entre o núcleo e a parte secundária da experiência S, será obtida entre a e b, mas não entre b e a, e porque esta relação não vale, de modo algum, entre os constituintes da experiência S.

O critério, para a relação epistemológica, criando um estatuto para o conhecimento empírico e para a reflexão ética (filosofia dos valores), entre a parte secundária e o núcleo de uma experiência, reside na possibilidade de justificação de um conhecimento, contra o qual se formulou uma dúvida (real ou metodológica), através de outra forma de conhecimento, cuja validade se admitiu (3). Segundo a crítica do filósofo do Círculo de Viena, a decisão epistemológica depende do procedimento ou do comportamento ético de uma ciência especial. Por um lado, pressupomos que esse procedimento é epistemologicamente inquestionável, por outro, a epistemologia constituirá um sistema a partir do qual se inspecionam as condutas das ciências individuais (4). Ao retroceder até ao método de uma ciência especial, para decidir acerca de uma dada questão epistemológica, não introduzimos essa ciência como pressuposto para um sistema válido do conhecimento.

Para Carnap, ainda não estamos preocupados com a questão de saber se os conhecimentos da ciência especial devem ou não ser considerados corretos, mas antes com a questão de saber se vale ou não a relação de dependência epistemológica, entre os objetos dados no campo científico. Segundo ele se aceita cada vez mais amplamente o fato de que o autopsicológico e o heteropsicológico possuem um caráter epistemológico, inteiramente diferente. Atualmente, pode-se negar esse fato, somente se estamos ligados a certas convicções metafísicas. A diferença epistemológica, entre o heteropsicológico e o autopsicológico, tornar-se-á evidente por meio da investigação, na relação epistemológica, entre o psicológico e o físico (5).

O núcleo epistemológico, do conhecimento concreto das ocor-

rências heteropsicológicas, consiste numa percepção dos fenômenos físicos, ou, de outros modos, o heteropsicológico ocorre como parte epistemologicamente secundária do físico.

Segundo Carnap, para o objetivo desta demonstração, empreende-se uma análise lógica e, de seguida, uma reflexão epistemológica. A análise lógica das experiências, nas quais se reconhecem as ocorrências heteropsicológicas, mostrou que, em todos os casos possíveis *(E1, E2, E3)*, o constituinte *a* (a percepção do físico) é epistemologicamente suficiente, enquanto que o constituinte *b* (a idéia da ocorrência heteropsicológica) é dispensável, relativamente à primeira.

Pela análise epistemológica, Carnap chegou à conclusão de que, em cada caso, o constituinte *a* é o núcleo epistemológico, enquanto *b* é a parte secundária. Poderá demonstrar-se que *b* é dado epistemologicamente, assim como, logicamente, depende de *a*. Para estabelecer isto, formulamos previamente dois critérios diferentes: a justificação de *b* com base em *a* e a possibilidade da suposição do erro na de *b*, quando a será dado. Estes critérios aplicam-se ao reconhecimento das ocorrências heteropsicológicas (6). O reconhecimento das ocorrências heteropsicológicas, segundo as perspectivas do Círculo de Viena, retrocede até ao reconhecimento de um evento físico. Expressamos, assim, que os objetos heteropsicológicos são epistemologicamente secundários, relativamente aos objetos físicos.

Considerações semelhantes, às acima referidas, mostrariam que os objetos culturais são epistemologicamente secundários, relativamente aos heteropsicológicos e ao mundo físico. Seria até mesmo mais fácil demonstrar isto, já que dificilmente existem prejuízos emocionais, que obscurecem este fato. Teríamos somente que mostrar que o reconhecimento dos eventos culturais, como de uma religião ou conduta moral, se baseiam no reconhecimento dos processos psicológicos dos portadores, daquele processo cultural e no reconhecimento de suas documentações físicas (7).

Para esse autor a ética vive da não-factualidade, tendo seus enunciados outro sentido e não serão usados como critério para a significabilidade dos enunciados. O significado de um enunciado reside no fato de que ele expressa um estado das coisas. Se um enunciado ostensivo não expressa um estado das coisas, então não tem qualquer significado, dado que só aparentemente é um "enunciado".

Se o enunciado expressa um estado de coisas, então é significativo para todos os eventos, e será verdadeiro se esse estado de coisas existe, ou falso se ele não existe. Poderemos saber se um enunciado é significativo, mesmo antes de saber se ele é verdadeiro ou falso. Carnap é claro ao afirmar, e com aplicabilidade nas éticas, que se um enunciado se fundamenta através das experiências passadas, então temos a mesma confiança nele, como temos num enunciado testável. Na ética e na antropologia satisfazem-nos os enunciados não verificáveis, uma vez que, em física e química, o enunciado é testável (8). Todas as ciências empíricas (ciências naturais, psicologia etc.) exercem, na prática, o requisito de que todo enunciado deve ter um conteúdo factual. Somente, nos domínios da filosofia (ética, bioética, teologia etc.), ocorrem os enunciados ostensivos, que não possuem conteúdo factual.

A partir daí Carnap mostra que essas reflexões conduzem-nos ao enunciado do "princípio da verificabilidade", que se poderá referir como o conteúdo das experiências. O princípio da verificabilidade se liga, pelo menos indiretamente, com a experiência, de tal modo que se pode indicar qual é a experiência possível, que o confirmaria ou refutaria. As experiências fundamentariam esse princípio: ou ele é testável ou têm, pelo menos, um conteúdo factual, embora ainda não fundamentado nem testado (9).

De acordo com Carnap, o princípio da verificabilidade determina que só tem valor científico o enunciado que está de acordo com a experiência física. O Bem e o Mal não são "cognições". Para esse autor esta é uma questão prática, não teórica. Se os valores éticos entram em jogo, não há qualquer conexão com a verdade e falsidade, pois eles são não-significativos. Assim, devemos dizer que, para o neopositivismo, somente os enunciados, que possuem conteúdo factual, são teoricamente significativos e poderão resumir-se no "princípio da verificabilidade". Os enunciados ostensivos, que não podem, em princípio, estar fundamentados pela experiência, são carentes de significado.

M. Schlick, co-fundador do Círculo de Viena, não idealiza que a possibilidade de verificação seja determinada exclusivamente pelas nossas definições e pelas normas que foram fixadas, para a nossa língua, ou que podemos estabelecer arbitrariamente, a qualquer mo-

mento. A possibilidade de verificação não repousaria em qualquer verdade da experiência, em alguma lei da natureza ou em qualquer outra proposição verdadeira, de ordem geral. Todas essas normas apontam para definições indicativas e, por meio delas, é possível dizer que a verificabilidade está vinculada à experiência.

Segundo Carnap a ética é "proposicional", e em decorrência disso propõe que sejam analisadas as sentenças empíricas, como investigações psicológicas e sociais, sobre as ações dos atos humanos, atendendo a sentimentos lógicos. A ética também é mais do que uma axiologia (filosofia dos valores). Segundo J. de Finance, a ética é uma reflexão categoricamente normativa sobre o agir humano. Assim, surge a ética como a "morada da conduta humana" (10).

Não é este o sentido dado por Carnap, para quem a ética é uma semântica proposicional dos atos humanos. Para esse autor, a ética surge como gramática lógica do agir humano e refere-se à filosofia analítica, seguindo a perspectiva do criador da filosofia da linguagem G. Frege. Assim, o objeto formal da ética será a moral. É este elemento que não será considerado por Carnap. A ética filosófica constitui-se como momento reflexivo da moral, fundamentalmente para responder a três questões:

- Em que consiste a "moral", distinguindo-se dos outros domínios que se determinam em saberes práticos;
- Determinar as "normas ou imperativos", que se constituem como referência moral das nossas ações;
- Fundamentar os "pressupostos éticos", surgindo numa orientação imediata para as ações (11).

Se a moral é o objeto da ética então esta se converte em objeto da metafísica. Logo, a metaética é reflexão crítica, que analisa o discurso da ética nos pressupostos e nos limites. Aqui surge o sentido metafísico da ética, que não foi analisado por Carnap. Segundo este filósofo do Círculo de Viena, a grande tese do neopositivismo assevera que os enunciados metafísicos têm uma função expressiva, e não uma função representativa. Os enunciados metafísicos não são nem verdadeiros nem falsos, porque nada afirmam e não contêm nem conhecimento, nem erro e permanecem à margem do conhecimento (12;13).

A ética ficará circunscrita a uma *lógica da conduta humana*, sem qualquer fundamento, dado que a carência do caráter metafísico não constituiria um defeito. Naturalmente, a filosofia moral ficará circunscrita à lógica. Para Carnap, a única tarefa da filosofia é realizar-se na *análise lógica*. Em todas as considerações feitas, incluindo as da moral, pratica-se uma *análise lógica*. Assim, a ética percorre o caminho da semântica da conduta humana (14). Não será possível elaborar uma sintaxe ética, dado que esta reflexão prática não é axiomatizável devido à liberdade, consciência e responsabilidade.

Contudo, será relevante dizer que com Carnap a ética revela-se a análise lógica das diversas condutas humanas, transformando-se numa forma de apresentar os enunciados morais, como proposições sujeitas à semântica. Segundo P. Ricoeur criticamos a reflexão de Carnap ao dizer que se poderá relacionar a moral com aquilo que estimamos como bom. A ética faz referência à orientação perante uma vida plenificada, sob o signo das boas ações, resultando daqui o caráter de projeto. A moral apresenta-se como algo que se impõe como obrigatório. Mas Carnap não faz referência a esta posição, devido à crítica a Kant. A ética salienta um conjunto de normas ou regras de normas, que se caracterizam pela vida da liberdade (*die Freiheit*) e pela universalidade da obrigação. No primeiro caso, é subtraída a estima de si mesmo; no segundo, surge o respeito. No primeiro, a distinção entre *ser* e *dever ser* fica mais definida; no segundo, mais radicalizada (15).

Se uns privilegiam o domínio do bem (*bonum*) como um fim, então se apresentam como pressupostos teleológicos as idéias de Aristóteles e S. Tomás de Aquino; outros privilegiando a norma, que se impõe como *dever* (*die Pflicht*), apontam para a senda das respostas dadas pelo deontologismo kantiano. Porém, Carnap apresenta a ética, como lógica da moral, no aspecto analítico. A ética é uma análise lógica da moral, para chegar a ser uma moral lógica de proposições. A posição de Carnap é diferente da apresentada por Habermas e Apel, que o fizeram, por meio da ética discursiva (comunicativa ou dialógica), e que insiste na referência da norma consensualizada, no diálogo racional. Assim, são afetados por ela e por aqueles que, de uma forma ou de outra, atualizam o contratualismo, desde o ponto de vista dos que propõem, como decisivo, o respeito pelo que se decidiria numa

situação hipotética de contrato originário, como Rawls.

A perspectiva de Carnap segue a linha da filosofia analítica, não se coadunando às perspectivas anteriores. Assim, será impossível uma fundamentação ontológica da ética. Aquilo que existe é uma linguagem lógica da ética, como análise formal de normas ou de juízos axiológicos. Carnap vai desde uma análise lógica da moral até a uma moral analítica, onde é necessário um estudo semântico das mesmas regras independentemente dos fundamentos metafísicos. Para ele a ética não é um complexo de enunciados metafísicos, como aqueles que pretendem descrever conhecimentos acerca de algo, que se encontra, ora mais além de toda a experiência, ora constituindo a verdadeira essência das coisas. Na verdade, a ética assentaria sobre enunciados não verificáveis (16).

Para Carnap a ética aparece como determinação tautológica da moral e não como a gnoseologia da moral. Segundo ele, os metafísicos não podem evitar a clivagem dos enunciados não verificáveis, porque se os tornarem verificáveis, a decisão, acerca da verdade ou falsidade de suas doutrinas, dependerá da experiência e, por conseguinte, pertenceria ao campo da ciência empírica. A ética não faz parte do âmbito das ciências empíricas, como bem salienta este autor (17). Segundo convicção do filósofo do Círculo de Viena, os metafísicos desejam evitar esta conseqüência porque pretendem ensinar um conhecimento, que se encontra num nível superior ao da ciência empírica, vendo-se, assim, compelidos a romper a conexão entre os enunciados e a experiência. Carnap também entende a ética como investigação científica, ao fazer-se investigação proposicional sobre sentimentos e volições, pelos seus efeitos sobre as gentes. Para ele este será seu verdadeiro sentido, revelando-se como ciência pragmática (18).

Talvez fosse interessante, no aspecto crítico, segundo a perspectiva de Ricoeur, afirmar, em última instância, o primado da *estima de si* e com ele o da *teleologia*, ao formar uma complexa definição de ética, como o agir da vida realizada, com e para os outros, em instituições justas. Para Carnap a ética não se revela como saber da práxis e para a práxis, a partir do ponto de vista do que *deve ser,* isto é, revela-se como saber da ação correta, não meramente teórica, estimulando a *ação pragmática*, ainda que toque a cada pessoa o saber aplicar tudo isto às situações concretas. Isto significa que a ética, tal como Carnap sugere,

não deverá ser um saber carente de certas conseqüências poiéticas.

Verificabilidade: estatuto epistemológico

A função da análise lógica consiste na referência de todo o conhecimento, de toda a afirmação da ciência ou da vida quotidiana, com vista a clarificar o sentido de tal enunciado e das conexões entre eles. Segundo Carnap, uma das tarefas principiais da *análise lógica* de um enunciado consiste em encontrar o método de verificação: Que razões pode haver para afirmar este enunciado? Como podemos ter certeza da sua verdade ou sua falsidade? Este problema tem sido chamado pelos filósofos de questão epistemológica.

Para este pensador do Círculo de Viena, a epistemologia ou teoria filosófica do conhecimento científico não é outra coisa senão uma parte da *análise lógica*, freqüentemente mesclada com alguns aspectos psicológicos, relativos ao processo do conhecer (19). Qual será, então, o método de verificação de um enunciado?

Para Carnap, existem duas ordens de verificação, seja direta seja indireta. Se o problema se refere a uma proposição, que afirme algo relativo a uma percepção atual, então o enunciado pode provar-se diretamente por meio da percepção atual. Se tomarmos um enunciado universal, que se refere a todas as coisas ou acontecimentos, que podem dar-se em quaisquer tempo e lugar, então uma lei natural será mais clara do que o número de casos examináveis. Conseqüentemente, a proposição resulta como hipótese.

No pensamento lógico-analítico de Carnap, toda a asserção, no amplo domínio da ciência, tem este caráter, como bem se afirma sobre as percepções atuais ou de outras experiências e será verificável por meio delas. Esses enunciados, acerca de futuras percepções, deduzem-se conjuntamente com outras proposições já verificadas. Para Carnap, o que dá um significado teorético a um enunciado não são as imagens e os pensamentos, mas a possibilidade de deduzir proposições perceptivas. Em outras palavras, a possibilidade da sua verificação. Logo, para dar sentido a uma proposição, a *presença de imagens* não é suficiente.

Na verdade, carecemos de toda a imagem efetiva do campo eletromagnético, bem como do campo gravitacional. Com efeito, as pro-

posições, que os físicos afirmam acerca destes campos, possuem um perfeito sentido, porque delas são deduzidos enunciados perceptivos. Em nenhum sentido, se oporia às proposições anteriormente enunciadas, relativamente a um campo levitacional, que não suporíamos conceber como tal. Todavia, a única objeção a estes enunciados seria que não encontramos maneira de os verificar. Assim, o princípio da verificabilidade é fundamental para se poder definir ou descrever o estatuto epistemológico da reflexão ética, bem como descrever o fundamento para a física.

Devido à sua projeção, um dos aspectos da bioética discutidos nos dias de hoje é seu estatuto epistemológico. O progresso das ciências questiona e provoca o homem e a sociedade, suscitando novas perguntas e exigências sociais e jurídicas para novas questões éticas, determinando novo estatuto epistemológico para este saber. Segundo a filosofia de Carnap, o princípio da verificabilidade confere a oportunidade das proposições dos saberes terem valor científico, quando justificadas pela experiência. A ética não deve referir-se somente ao homem, mas *deve* estender o olhar para a biosfera no seu conjunto, a cada intervenção científica do homem sobre a vida em geral (20).

Entendendo a ética como estudo sistemático da conduta humana, considerada à luz de valores e de princípios, unem-se de fato os dois sentidos dados, por Carnap, que irão, desde uma investigação empírica, até a uma *filosofia dos valores*. Sempre que há sintonia, entre valores, princípios e fatos, estamos perante uma *conformabilidade ética*. O princípio da verificabilidade é elemento essencial nas investigações empíricas, o qual poderá fazer pleno sentido numa epistemologia. Assim, a riqueza desta relação epistemológica (fatos, valores e princípios morais) encontra-se informada pela *verificabilidade*, na seqüência da semântica de Carnap.

Epistemologicamente, a ética deve ser uma moral racional que se fundamenta na metafísica, a partir da afirmação do valor e/ou da dignidade da pessoa, segundo a descrição do fato científico, biológico e clínico, e analisa a licitude da intervenção do homem. É uma perspectiva personalista que é negada por Carnap, porque, para o pensador neopositivista, a metafísica é um jogo de palavras e um discurso não verificável, referindo uma linguagem não-empírica. A reflexão tem uma posição precisa no panorama das ciências e uma justificação da

qual não se pode prescindir. Tem critérios próprios sobre os quais fundamenta os seus juízos bem como um método de pesquisa (21).

A ética poderá necessitar de determinar uma análise lógica das proposições semânticas, procurando o valor de verdade ou de falsidade das mesmas. Todavia, a ética é muito mais do que o estudo das tautologias, nas investigações empíricas, e será orientada para uma *filosofia dos valores*. Segundo Carnap, não será possível representar uma fenomenologia da ética, porque esta é uma *lógica da moral*.

Para esse autor o objetivo da epistemologia, é a formulação de um método para a justificação das *erkenntnisse*. Assim, a epistemologia deve especificar como se pode justificar uma parte do conhecimento, isto é, como se pode mostrar que se trata de um conhecimento científico. Uma tal justificação não é absoluta, mas relativa (22).Também a lógica ensina a derivação da validade de algumas proposições (*Setzungen*), pela validade pressuposta de outras. Na proposição derivada não pode ocorrer qualquer conceito novo. Será característico de uma derivação epistemológica que o conhecimento a ser analisado, isto é, que a sentença se deva justificar e contenha um conceito que não ocorre nas premissas.

A epistemologia deve investigar os objetos ou conceitos da ciência empírica nas várias subdivisões; das naturais às culturais. Com efeito, empreende-se uma análise dos objetos, onde se reduzem os superiores aos inferiores, e chamam-se objetos epistemologicamente fundamentais (23). A análise epistemológica é um discurso dos conteúdos das experiências, mais precisamente a análise do conteúdo das mesmas. A análise ocorre no decurso de uma consideração subseqüente da experiência passada e, portanto, não alterável. Logo, ela é uma análise conceitual abstrativa. Poderá descrever-se, com Carnap, um método, que conduziria a resultados que, geralmente, se reconhecem, pertencerem à epistemologia. Este método de análise é o que se significa, se falarmos da *análise epistemológica*.

Segundo Carnap, se por verificação se entende o estabelecimento completo da verdade, então uma sentença universal, por exemplo, nunca poderia ser particular. Com efeito, não podemos verificar a lei, mantendo as suas instâncias particulares, isto é, as sentenças que deduzimos da lei e de outras proposições, previamente estabelecidas. Numa série contínua de experiências, não se encontra nenhuma ins-

tância negativa. Mas, se o número de instâncias positivas aumentar, então a nossa confiança na lei aumentará. Na verdade, ao invés da verificação, poderemos falar de confirmação gradativa da lei (24). Contudo, a verificabilidade é fundamental para a análise lógica, mas não o será menos para as proposições éticas. Em muitos casos, atingimos uma certeza praticamente suficiente, após um número pequeno de instâncias positivas e interrompemos as experiências. Naturalmente, existe a possibilidade teórica de continuar a série de observações. Aqui também não é possível nenhuma verificação completa, mas somente um processo de confirmação crescente.

Ao empreender as investigações metodológicas, especialmente concernentes à verificação, é importante distinguir entre questões lógicas e empíricas. Os conceitos lógicos pertencem à sintaxe; os empíricos são descritivos, isto é, não lógicos, pertencem ao campo da biologia, da psicologia e da bioética, pelo pensamento de Carnap, ou seja, pela teoria do uso da linguagem, como um grau especial da atividade humana. Por um lado, os termos e juízos descritivos pertencem à pragmática, onde se encontram as éticas, desde a fundamental até às aplicadas; por outro, surge a análise lógica pertencente ora à semântica (quando se refere ao significado e à interpretação), ora à sintaxe (se é formalizada).

A ética, como pragmática do agir humano, revela-se na *semântica moral*, porque procura o significado e a interpretação da vida humana, com vista a promover o seu desenvolvimento (25). Pelo pensamento de Carnap, a ética e suas extensões vivem da "análise lógica". Deixaram de ser uma reflexão categoricamente normativa do agir ou da conduta. Segundo o pensador de Köenigsberg, a observância da norma é um "dever" (*die Pflicht*), mas este dever surge da *Vernunft*.

O elemento de universalidade dos princípios do nosso comportamento, enquanto expressão da natureza racional, não é heterônoma, surge como expressão da autonomia. Como seres racionais damos conta das leis do agir e será isto que fundamenta a liberdade que possuímos (*die Freiheit*). Esta idéia de liberdade constitui o *pathos* da filosofia moral de Kant (26). Nesta medida, o fundamento epistemológico da ética estaria na natureza racional do homem. Isto não é novo dado que os estóicos (Zenão da Stoa) já tinham definido, que os deveres éticos surgem da participação do homem no *lógos*. A esta concepção

reage o Círculo de Viena, numa nova análise, criticando o sentido e evolução da ética. Este saber pragmático surge como linguagem, não observável, mas testável, na sua própria conduta pela *análise lógica*.

Para Carnap, a ética aparece como nova reflexão, onde as proposições, que se podem conhecer, estão baseadas nas experiências morais ou se apresentam sob a forma de uma proposta. De alguma forma, a linguagem da ciência será restrita ao exigir, que não se admitem os predicados descritivos e, portanto, as sentenças sintéticas, a menos que elas tenham alguma relação, com observações possíveis, numa conexão, que se deve caracterizar de maneira adequada (27). Para o efeito, deverão surgir, com estatuto epistemológico, segundo Carnap, os requisitos da testabilidade e da conformabilidade. Um dos aspectos fundamentais do neopositivismo de Carnap, com relevância para a ética, encontra-se nos critérios do significado. O problema não reside somente na testabilidade das sentenças comportamentais.

A posição de M. Schlick, co-fundador do Círculo de Viena, sobre a ética, é diferente de Carnap, ao dizer que o verdadeiro problema da liberdade da vontade, tal como em ética, somente foi confundido com a questão do indeterminismo, em conseqüência de erros que, desde D. Hume, já estão de há muito esclarecidos. A liberdade ética, no pensamento de M. Schlick, pressuposta pelo conceito de responsabilidade, não contradiz a causalidade, senão que, pelo contrário, seria inexistente sem ela. Assim, as nossas ações e os nossos propósitos obviamente só têm sentido na medida em que o futuro é por eles determinado. A ética em Schlick é algo que está para além da lógica, devido à liberdade da vontade e situa-se no discurso do determinismo do agir humano, sem possibilidades de fundamentação metafísica (28).

Apesar da crítica do Círculo de Viena, aqui representada pelo pensamento de Carnap, a ética não deixa de se relacionar com o conceito de pessoa e com os princípios da moral, na busca de uma fundamentação metafísica, negada pelo neopositivismo. Talvez esta fundamentação nunca seja aceita universalmente, nas suas possibilidades e desafios, devido à questão epistemológica. Na linha do neopositivismo lógico, a ética, na cultura pós-moderna, aparece como *pragmática moral*. A objetividade do mundo ético deveria ser vista como conformidade às normas.

Na linha de Carnap tal conformabilidade torna-se dúbia apenas

quando vista como algo mais do que foi analisado, isto é, como modo de obter acesso a algo que se baseia em práticas correntes da justificação. Parece paradoxal a justificação ontológica da ética, ao repousar sobre a análise lógico-simbólica da linguagem não observável (29). Ao aceitar isentar a ética, obra ecumênica da excelência (virtude) da normatividade (dever), de toda a fundamentação metafísica, além de quebrar o estatuto epistemológico da mesma, não procuramos exonerar, da mesma tarefa, as diversas éticas filosóficas.

É difícil construir uma ética apenas numa base neopositivista, à medida do Círculo de Viena, porque temos que ressalvar a seriedade da obrigação, que perpassa a moral, dado que a sua exigência participa da transcendência da consciência. A normatividade incondicional que vivenciamos na raiz da consciência desemboca na conceitualização de princípios do pensar e do agir humanos e, portanto, encontra-se e vive-se para além da análise lógica. Uma coisa é a linguagem ética outra será a formal, dada em proposições não-observáveis, a que chamamos Ética Analítica, na linha do pensador de Viena, onde este saber é uma linguagem empírica.

O princípio da verificabilidade, identificando o significado e as condições empíricas, reduziu a filosofia a um conjunto de seqüências assignificativas de sinais, retirando da metafísica o direito de ocupar um lugar no domínio do conhecimento do real. Porém, a assignificabilidade da metafísica não pode ser da mesma espécie daquela decorre de uma seqüência desordenada de sinais.

Se o domínio do conhecimento é esgotado pela lógica, pela matemática e pelas ciências empíricas, então poderemos perguntar: qual o estatuto epistemológico do empirismo, enquanto sistema de aparentes afirmações? Qual o sentido da proposição, que afirma a validade do próprio princípio da verificabilidade? A resposta vem do Círculo de Viena, ao afirmar que a filosofia se dedica a esclarecer os conceitos propriamente científicos. Para Schlick, se é necessário explicitar o significado de uma proposição, então será óbvio que essa explicitação não pode ser feita exclusivamente em termos de outras proposições. Assim, seria necessário indagar pelos significados dessas proposições.

A filosofia não seria uma teoria, exprimindo fatos, mas uma atividade para indicar o inexprimível. Em suma, o princípio da verifi-

cabilidade não remeteria para nenhum fato, mas antes seria a regra orientadora da atividade filosófica, na busca do significado das proposições da ciência. Logo, a ética seria reconhecível na atividade da explicitação sob a roupagem do conhecimento factual. Com efeito, segundo Carnap, a filosofia teria duas funções: uma positiva e outra negativa. Ambas referem-se à análise da linguagem, tal como se encontram no domínio da ética.

Se proposições sem sentido, como as da metafísica, podem ser sintaticamente corretas, então é porque a gramática de uma linguagem não é adequada às exigências da lógica. Para Carnap será relevante construir linguagens regidas por uma sintaxe lógica, que permitam identificar uma expressão lógica, com correção gramatical. Assim é possível dizer que a ética possui duas linguagens: de um lado, são o conjunto de sistemas morais, que integram as culturas em determinada época da humanidade, com suas intuições, carências e fundamentações, sempre perpassadas pelo imperativo ético; e do outro, a necessidade de um consenso empírico -prático e efetivo- que só poderá resultar do debate livre e organizado, desembocando na determinação de normas mínimas a fim de se manter, na humanidade, uma indispensável coerência na ação.

O filósofo de Viena elaborou um novo projeto de filosofia, na sua vertente positiva, ou seja, como teoria da sintaxe lógica da linguagem. Toda a linguagem, tal como a ética, poderia ser especificada em termos de um conjunto de *sinais primitivos*, que constituiriam, por um lado, um conjunto de *regras de formação*, indicadoras de como obter expressões complexas, por combinações de expressões mais simples, exclusivamente na base de suas formas visíveis e, por outro, um conjunto de regras de transformação, igualmente restritas à forma das expressões, capazes de refletir os modos válidos da inferência. As proposições da ética seriam significativas na medida em que descrevessem a estrutura sintática de uma linguagem, resultante do imperativo de certos sinais e regras, ou na medida em que exprimissem prescrições para novas linguagens.

Implicações em Bioética: importância e aplicação

Um dos aspectos fundamentais dessas proposições de Carnap que pode ter utilidade para a bioética diz respeito justamente ao princípio da verificabilidade, embora não exatamente no sentido que lhe deu Carnap. O estatuto epistemológico da bioética é condicionado pela verificabilidade da experiência axiológica. Os fatores fundamentais que determinam o estatuto epistemológico da bioética são os seguintes:

- Desdeontolização da ética;
- Mudanças operadas na saúde e na prática clínica;
- Avanços científico-técnicos da medicina e da biotecnologia.

A bioética tornou-se *verificável* a partir da desconfessionalização e conseqüente libertação do predomínio da codificação deontológica. A bioética possui uma linguagem própria entre o factual e o vivencial. A bioética parte da *racionalidade humana* secular e universalmente aceita. As suas proposições implicam uma testificabilidade, porque partem da experiência empírica, oriunda da biomedicina. A bioética permite a relação entre a filosofia dos valores e os elementos fundamentais da reflexão sobre a medicina e outras áreas da saúde. O princípio da verificabilidade poderá permitir a ponte das éticas com a biomedicina.

A bioética poderá descrever-se como estudo sistemático das questões de valor, que surgem nos campos da biomedicina e do comportamento. Ainda se poderá conceber como o estudo sistemático do comportamento humano, no domínio das ciências da vida e dos cuidados de saúde, enquanto comportamento perspectivado à luz dos valores e princípios morais (30). A bioética poderá seguir um método positivo, desde o plano sistemático até à casuística. Poderá dizer-se que o sentido de cada proposição da conduta clínica, segundo a axiologia, busca a sua verificação no dado clínico. A negação da existência de um mundo externo seria uma proposição tão metafísica, quanto a sua afirmação. Por conseguinte, uma visão empírica da bioética não nega os aspectos transcendentes da mesma, senão que destituídas de sentido, na mesma medida, tanto a negação, quanto à afirmação do transcendente, como os valores espirituais, que se encontram na bioética.

A bioética introduz uma nova maneira de falar, porque sujeita a novas regras, que vai da sistemática da conduta moral da vida clínica, até à influência da biotecnologia, caracterizada por normas e valores. Tem um sistema de referência lingüística, para as novas entidades, em questão, que surgem dos elementos que a medicina lhe fornece (31).

Deveremos, aproveitando elementos metodológicos do neopositivismo do Círculo de Viena, distinguir dois tipos de questões de existência, em primeiro lugar, as questões da existência de certas entidades do novo tipo, no interior do sistema de entidades, representado pelo sistema lingüístico de referência, que surgem da normatividade e da excelência da conduta humana. Chamamo-las de *questões internas*, em segundo, surgem as questões concernentes à existência ou à realidade do sistema de entidades, como um todo, chamadas de *questões externas*, que advêm da biomedicina, fornecendo os dados para adequada "reflexão ética" (32). Formulam-se, segundo esta metodologia ética, as questões internas e possíveis respostas, com a ajuda de novas formas de expressão ética.

Poderemos encontrar as respostas ou através de métodos puramente lógicos ou através de métodos empíricos, dependendo do sistema de referência ser lógico ou factual, e sendo este último representado pela biomedicina. Uma questão externa possui um caráter problemático, porque tem a necessidade de um exame mais íntimo e desemboca na casuística bioética. A bioética necessita de um sentido factual e de um transcendente (não-empírico). Assim, a bioética parece pertencer ao mundo das coisas e ao mundo das vivências. Implicará uma metodologia dual, dado que, segundo a análise lógica, é por sua natureza "reflexão implicativa". Será, de fato, esta a contribuição da ética analítica para a bioética, por um lado, fornecer uma metodologia lógica, para abordar os problemas, e, por outro, apresentar uma nova forma *semântica*, para os problemas da biomedicina.

Como se trata de uma *ética da linguagem* (lógica), terá grande significado na aplicação e na implicação formal, para o estudo e fundamentação lingüística da bioética. Esta será uma ética de implicações, em função dos progressos clínicos e biotecnológicos (33). A bioética terá muito que aproveitar com a Ética Analítica, sobretudo, no domínio das metodologias implicativas, permitindo uma leitura epistemológica do seu enquadramento ético, criando uma nova lin-

guagem. A lógica simbólica, proclamada por Carnap, identifica os enunciados dotados de significação ao exigir a sua ligação a outros mais simples, que, por sua vez, repousam nos dados empíricos. Aqui entrará naturalmente a *lógica da conduta moral* na bioética.

A lógica constitui o procedimento metodológico comum e indispensável a todas as ciências, pois procura estabelecer o sentido de cada noção por um processo de reduções, até aquelas que se salientam diretamente pelos dados empíricos. Deste modo, assegura um tratamento unitário a todas as demais disciplinas científicas, propondo reduzir todos os conceitos, que entram na formação do discurso pelos correspondentes dados sensíveis imediatos. No limite, será possível estabelecer o quadro susceptível de assegurar a concepção científica das realidades. Pelo pensamento do Círculo de Viena, a tarefa científica poderia ser realizada pela lógica formal moderna (logística), em virtude do poder que ela manifesta ao alcançar a precisão necessária nas definições de conceitos e nos enunciados. Formalizar os procedimentos intuitivos de inferência do pensamento ordinário é defini-los de forma rigorosa segundo o controle do mecanismo dos signos.

Naturalmente que a bioética, como "reflexão implicativa", participa das duas linguagens, quer exterior (biomedicina) quer interior (axiologia e principiologia). A bioética necessitará da "análise lógica", porque esta permite, por um lado, depurar a linguagem das ambigüidades, nas suas formas correntes e, por outro, desfazer a idéia de que o pensamento metafísico seria capaz de organizar um conhecimento próprio, a partir das suas representações, como acontecia no ditame kantiano da razão prática, o qual reduzia todos os conhecimentos, cientificamente válidos, aos juízos sintéticos a priori. Naturalmente que a bioética se apresenta como "reflexão implicativa", porque participa da linguagem das coisas, pelos enunciados empíricos e da linguagem das condutas (vivências), pelos enunciados metafísicos e axiológicos.

Considerações finais

Na lógica de Carnap, a grande tarefa da filosofia encontra-se na *análise lógica* das proposições. Porém, os enunciados metafísicos são considerados, perante o neopositivismo, como pseudo-enunciados. A

preocupação epistemológica de Carnap encontra-se em definir o caráter dos enunciados da lógica, daqueles que constituem os resultados da análise lógica (34). Já Hume tinha exposto, que os enunciados metafísicos não possuem "sentido", porque não se referem a qualquer "fato". Só os enunciados da matemática e das ciências empíricas possuem sentido e todos os outros carecem dele. Tal como Wittgenstein, Carnap desenvolveu a "análise lógica" e descobriu a carência de sentido dos enunciados metafísicos. O resultado da filosofia não é um número de proposições. Estas são esclarecedoras, porque quem as compreende acaba por reconhecer, que carecem de sentido (35). Assim, não será isto que se passa no domínio da ética, que para Carnap é ora uma filosofia de valores, ora investigação dos sentimentos da conduta humana.

No futuro, a ética poderá ser a verdadeira ciência da preservação da identidade do homem e da sobrevivência da vida, se persistir em ser uma forma de aprofundamento do sentido do Bem ou do Dever, na ação humana (36). O contributo do neopositivismo, segundo Carnap, para quem a ética é uma forma de análise lógica das condutas ou do agir humano, está na forma de refletir sobre o sinn das proposições e das ações. O enriquecimento fundamentador da ética, pela verificabilidade, surge com novo estatuto epistemológico. Embora necessária, a *análise lógica* não é suficientemente utilizada como leitura fundamentadora da ética.

Hoje em dia, a bioética necessita de um estatuto epistemológico, o qual vem do domínio dos saberes empíricos. Assim se poderá dizer que a Ética Analítica é mais um contributo, tal como são as éticas narrativas, as normativas e/ou teleológicas. Trata-se, pois, de uma forma expressiva de ver a ética. A conduta humana surge como uma lógica do agir. O princípio da verificabilidade é significativo na determinação epistemológica, originando a possibilidade de descrever a ética como ciência, com estatuto próprio, e não em sentido empírico,como seria pelo pensamento de Carnap, que determinaria o âmbito especializado, para a aplicação dos princípios da valorização e discernimento. Os estudiosos, da ética geral e das aplicadas, discutem sobre a possibilidade de um paradigma adequado, que estruture epistemologicamente esta ciência. Enquanto uns preferem um paradigma antropológico, que busque as suas raízes na dignidade da pessoa; outros se inclinam

para a principiologia, que faz apelo à autonomia, beneficência e justiça (37). Porém, há aqueles que também se esforçam por encontrar um novo estatuto epistemológico para a ética, através da *análise lógica*, levados por um espírito neopositivista. Será impossível reduzir as proposições da ética a enunciados lógicos, como:

$$[(p \rightarrow q) \cdot (q \rightarrow r)] \rightarrow (p \vee r) \cdot$$

Esta tautologia ou lei lógica será, segundo a sintaxe lógica, ou um axioma ou um teorema da teoria e cálculo proposicional da *Lógica Simbólica*.

Com efeito, a ética poderá estudar o sentido semântico das morais e dos fatos empíricos, ao contribuir para um estatuto epistemológico das mesmas, mas só no seu aspecto formal, como proposições atômicas ou moleculares, de vários sentimentos éticos e suas aplicações. O estatuto epistemológico não poderá vir da lógica simbólica, nem da *análise lógica* das condutas morais. Surgirá antes do condicionalismo imposto pelas variadas antropologias, as quais dão fundamento epistemológico à ética. O papel da *análise lógica*, de Carnap, funcionará mais como método gramatical, do que como fundamento. A *análise lógica* servirá a ética, através do princípio da verificabilidade, permitindo uma avaliação axiológico-ética, sobre o sentido das condutas.

O saber analítico ou "lógico", que Carnap sugere como esquema da linguagem filosófica, não é um saber prático, aparece antes como "grau analítico" do saber. Todavia, o saber ético deverá ser um saber prático e significa que nem é o tipo de saber próprio da racionalidade teórico-científica, baseado na demonstração dedutiva (lógica matemática) e indutiva (física), nem o tipo de saber da racionalidade instrumental, baseado na técnica. Trata-se de um autêntico saber que se exprime num modo específico da racionalidade, que poderemos chamar argumentativo e interpretativo. A razão argumentativa em ética pode adquirir formas variadas, como se exemplifica em diferentes pensadores, perante o emotivismo espontâneo, daquele que entende, que a opção moral se justifica desde a mera eleição, estando na disposição de dar razões convincentes. Para o neopositivismo, surge uma ética sem moral e uma moral sem ética. Este é o sentido que lhe

dá Carnap, induzindo-nos em novo mundo ético.

A ética ajuda-nos a encontrar o horizonte da nossa plenitude, porque propõe "normas" que, sob o influxo da verbindlichkeit, potenciam a autonomia e as possibilidades do dinamismo moral pela virtude. Como disse Aristóteles em *Ética a Nicômaco*, o importante na ética não é saber como ser bom, mas sê-lo pela "sabedoria prática". O discurso de Carnap é muito diferente do proclamado desde a ética teleológica até à ética deontológica, surgindo como ética lógica, pela preocupação de apresentar uma "lógica da ética". Para esse autor o elemento mais relevante da ética enquadra-se numa semântica das condutas humanas. A esta forma moral poderemos chamar de "ética proposicional". De forma analítica, a ética é apresentada como abordagem holística dos problemas da vida e de suas condutas, tarefa multidisciplinar, na qual a "verificabilidade" tem uma palavra e um significado, para fazer uma avaliação dos problemas apresentados. Esta será, de fato, uma ética da linguagem, na qual há um grande peso do sentido e do significado. Surge, com Carnap, uma leitura holística da linguagem moral, com uma gramática discursiva das normas e das regras éticas, com um novo sentido pragmático.

Uma perspectiva consistente sobre o diálogo bioético não pode ser constituída sem uma reflexão criteriosa, relativa ao significado e aos elementos, que constituem um estatuto ou *depósito epistemológico*. A bioética não surgiu per naturam suam como ciência e não se desenvolveu *ut sic*. Aquilo que determina uma ciência é o seu depósito epistemológico, um conjunto de conceitos, princípios e métodos próprios. Contrariamente às ciências que conhecemos, a bioética não possui diretamente um depósito epistemológico específico. Os seus conceitos fundantes têm origem em outros campos do conhecimento.

Lembrando um pouco as origens, desde Potter, criador do neologismo "bioética", numa ponte ecológica e de sobrevivência voltada o futuro, a bioética surgiu da preocupação de médicos e outros profissionais da saúde com questões que transcendiam o âmbito das suas abordagens. Foi justamente pelo fato destas questões irem além do contexto médico-hospitalar, que os precursores da bioética foram buscar no diálogo com profissionais das ciências humanas e sociais um entendimento mais amplo para situações de profunda complexidade. Neste estudo, apresentamos o princípio da verificabilidade,

como mais um princípio a juntar aos já clássicos de Beauchamp e Childress. Este novo princípio determinará o estatuto epistemológico da bioética

Este novo princípio define, para a bioética, a interdisciplinaridade, isto é, a fusão de vários conhecimentos, que acabam gerando uma nova forma de abordagem com análises e soluções distintas daquelas, que se encontram na base da sua formação. Com efeito, será necessário pensar num consenso moral e epistemológico para além das diferenças práticas e teóricas inerentes às várias disciplinas que integram o diálogo bioético. A bioética não lida somente com questões morais, mas, sobretudo, com a variedade de contextos, nos quais estas questões são levantadas.

Referências:

1. Carnap, R. *Scheinprobleme in der philosophie*, Hamburg, Felix Meiner-Verlag, pp. 6-9.
2. _____. *Op.cit,*. 1961, p. 8.
3. Carnap, R. *Meaning and necessity, a study in semantics and modal logic*, London, The University of Chicago Press, 1956. p. 205.
4. Carnap, R. *Op. cit.*,1961. pp. 10-1.
5. _____. *Op. cit.*,1961. p. 12.
6. _____. *Op. cit.*,1961. pp. 13-4.
7. Carnap, R. *La costruzione logica del mondo, a cura di E. Severino.* Milano, Fratelli Fabri Editori, 1966. pp. 113-7.
8. _____. *Op. cit*, 1966. pp.114-5.
9. Carnap, R. ''Experience and meaning''. In: *Philosophical Review*, 43. New York, 1934. pp. 137-8.
10. De Finance, J. *Être et agir*. Paris, Beauchesse et ses fils, 1965. pp. 1-6.
11. Étxeberria, X. *Temas básicos de ética,* Bilbao, RCM, 2002. p. 24.
12. Carnap, R. *Filosofía y sintaxis lógica*. Chicago, The University of Chicago Press, 1950. p. 19.
13. _____. *Logical syntax of language*. Chicago, The University of Chicago Press, 1951. pp. 10-25.
14. _____.*Introduction to semantics*, Chicago, The University of Chicago Press, 1948. pp. 25-36.
15. Ricoeur, P. *Soi-même comme un autre*, Paris, Éditions du Seuil, 1990. pp. 199-227.
16. Carnap, R. *Op. cit.*, 1951. pp. 50-75.
17. _____. *Op. cit.*, 1950. pp. 11-2.

18. _____. *Op. cit.*, 1951. pp. 80-6.
19. _____. *Op. cit.*, 1950. p. 7.
20. Sgreccia, E. *Manual de bioética, I, Fundamentos e ética biomédica*. São Paulo, Edições Loyola, 1996. p. 24.
21. _____. *Op.cit.*p. 57.
22. Carnap, R. *Op. cit.*. Scheinprobleme in der Philosophie. pp. 2-4.
23. _____. *Op. cit.* p. 4.
24. Carnap, R. "Verificability, truth and verification". In: *Journal of Philosophy*, 31. New York, 1934. pp. 144-8.
25. Blazquez, N. *Bioética fundamental*, Madrid, B. A. C., 1998. pp. 21-6.
26. Pannenberg, W. *Fondamenti dell'etica, prospettive filosofico-teologiche*. Queriniana, Brescia, 1998. p. 69.
27. Carnap, R. "Von der Erkenntnistheorie zur Wissenschaftslogik". In: *Actes du Premier Congrès International de Philosophie Scientifique*, 8. Paris, 1935. pp. 1-16.
28. Schlick, M. "Die kausalitaet in der gegenwartigen physik". In: *Naturwissenschaften*, 19. Berlin, 1931. p. 165.
29. Carnap, R. *Foundations of logic and mathematics, vol. 1*, International Encyclopaedia of Unified Science. Chicago, The University of Chicago Press, 1939. pp. 10-5.
30. Elizari, FJ. *Questões de bioética*. Porto, Editorial Perpétuo Socorro, 1996. pp. 10-11.
31. Archer, L. *et alii*. *Novos desafios da bioética*. Porto, Porto Editora, 2001. pp. 23-4.
32. Carnap, R. *Op. cit.*, 1956. pp. 207-9.
33. _____. "Testability and meaning". In: *Philosophy of Science*, 3. New York, 1936. pp. 14-5.
34. Carnap, R. *Op. cit.*1950. p. 22.
35. Wittgenstein, L. "Philosophische bemerkungen". In: *Schriften, Band 2*, Frankfurt-am-Main: Suhrkamp, 1964. pp. 51-6.
36. Archer, L. et alii. *Op. cit.*, 2001. pp. 20-3.
37. Flecha, JR. *La fuente de la vida, manual de bioética*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1999. pp. 38-9.

Recebido em 19/10/2005. Aprovado em 3/12/2005.